

## JULGAMENTO ADMINISTRATIVO

### Divergência de crédito

**Processo nº 0810707-44.2025.8.10.0040**

**Vara Única da Comarca de Itinga/MA**

**Recuperação Judicial:**

**Recuperandos:** Grupo ARCO-ÍRIS (ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA – EPP • GERSON DE SOUSA KYT • GILSON DE SOUSA KYT • IULHA GARCIA KYT • KMX AGRONEGÓCIO LTDA • EDUARDO MACAGNAN • LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN • ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA)

**Administrador Judicial:** José Eduardo P. Júnior

**Credor: BANCO ORIGINAL S.A.** CNPJ n.º 92.894.922/0001-08

Link para acesso: **[www.ejadvconsujus.com.br](http://www.ejadvconsujus.com.br)**

#### 1) Síntese

BANCO ORIGINAL S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 92.894.922/0001-08, apresentou, tempestivamente, divergência administrativa perante esta Administração Judicial, nos termos dos arts. 7º, §1º, e 9º da Lei 11.101/2005, quanto ao crédito que lhe foi atribuído na 1ª Relação de Credores, no montante de R\$ 39.753.012, classificado na Classe III – Quirografários.

Aduz que seu crédito decorre das seguintes operações, todas garantidas por alienação fiduciária:

1. Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo, celebrado em 01/12/2021, rerratificado em 05/07/2022, e posteriormente aditado em 23.06.2023, pelo qual concedeu aos recuperandos o limite de crédito rotativo no valor de R\$ 15.224.000,00, garantidos por alienação fiduciária do imóvel rural- Fazenda Açailândia, matriculado sob nº 4.056, no CRI de Itinga-MA, do qual surgiram operações derivadas, cujos créditos são representados pelas **CCB nº 47290986 /CPR 2665924 e CPR2715825**

2. Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo com Garantia de Alienação Fiduciária, celebrado em 29/06/2023, pelo qual concedeu outro limite de crédito rotativo, no montante

**São Luís- MA**

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

**e-mail:** [edujradvogado@hotmail.com](mailto:edujradvogado@hotmail.com)



**(098) 2222-0080**



**(098) 98229-9590**

**[www.ejadvconsujus.com.br](http://www.ejadvconsujus.com.br)**



de R\$ 9.900.000,00, também garantido por alienação fiduciária, inclusive às Operações Derivadas, desta feita, pelo imóvel rural Fazenda Monte Sinai, **matriculado sob nº 4.022**, no CRI, de Itinga do Maranhão/MA. Desses contratos sobrevieram as operações derivadas representadas nas **CPR-MD -2666024 e CPR-2715725**.

Por fim, requer a exclusão de seu crédito do quadro geral de credores a ser consolidado, visto ser integralmente extraconcursal, dada a garantia fiduciária dos bens imóveis - Fazendas Açailândia e Monte Sinai, todos registrados no CRI de Itinga-MA.

## **2. Da documentação apresentada.**

**2.1.** Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº120- com garantia de alienação fiduciária de imóvel nº 120, celebrado em 01.12.2021, com garantia de alienação fiduciária de imóvel rural matriculado sob o nº 4056, no Cartório de Registro de Imóveis de Itinga do Maranhão/MA, sua Rerratificação efetuada na data de 05.07.2022, e 1º Aditamento realizado em 23/06/2023;

**2.2.** Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 292, celebrado em **29/06/2023**- com garantia de alienação fiduciária de imóvel rural matriculado sob o nº 4022, no Cartório de Registro de Imóveis de Itinga do Maranhão/MA;

**2.3.** Escritura Pública de Cessão de Direitos de Fiduciante, pela qual a Esperança Agrossilvipastoril Ltda. transfere à Arco-Íris Agrossilvipastoril Ltda. os direitos de fiduciante relativos ao imóvel rural objeto da garantia do contrato nº **292**, celebrado em **29/06/2023**, **com** anuência do Banco Original;

**2.4** Procuração Pública e termos de substabelecimento;

**2.5** Edital com a 1ª relação de credores

## **3. Da contestação/manifestação dos Recuperandos**

Instados a se manifestar, os Recuperandos informaram que o bens alienados fiduciariamente tiveram sua essencialidade reconhecida pelo juízo universal, em decisão liminar que concedeu a tutela de urgência, ratificada na decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.

Sustentam que, sempre que o bem alienado fiduciariamente for indispensável à operação da empresa recuperanda, o crédito vinculado àquela garantia deve ser considerado quirografário, respeitando-se a lógica da recuperação judicial e garantindo a preservação do negócio, nos termos da lei e da jurisprudência consolidada.

**São Luís- MA**

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

**e-mail:** edujradvogado@hotmail.com



**(098) 2222-0080**



**(098) 98229-9590**

**www.ejadvconsujus.com.br**

## **PARECER DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**

Percebe-se das alegações do credor e da manifestação dos Recuperandos, que a controvérsia posta resume-se em emprestar a correta natureza dos créditos lastreados em alienação fiduciária, especialmente quando reconhecida a essencialidade dos bens gravados nessa modalidade, pelo juízo universal da recuperação judicial.

Inicialmente percebe-se que o credor divergente foi arrolado pelos devedores na 1ª relação de credores, na classe III-Quirografarios, como titular do crédito no valor de R\$ 39.753.012

Pois bem. Da análise do conjunto documental apresentado pelo BANCO ORIGINAL, observa-se 02(dois) Contratos de Abertura de limites de crédito, garantidos por alienação fiduciária de imóveis, matriculados sob os nºs 4.056 e 4.022, ambos registrados no CRI de Itinga/MA.

Contudo, nem o credor divergente, nem os recuperandos apresentaram documentos comprobatórios- principalmente certidões de inteiro teor das matrículas imobiliárias dos imóveis rurais matriculados sob os nºs 4.056 e 4.022, registrados no CRI de Itinga/MA, referidos nos instrumentos de abertura de limite de crédito, que comprovasse a perfectibilização da constituição válida da garantia fiduciária, qual seja, o registro dos contratos no CRI de Itinga-MA, conforme preceitua o art. Art. 23 da lei 9514/97 e arts.9º-A e 9º-B da lei nº 13.476/2017.

Sem prova da constituição válida e regular da garantia fiduciária, não há como excluir dos efeitos da recuperação judicial, os créditos decorrentes dos respectivos instrumentos particulares, que fazem menção às garantias imobiliárias nessa modalidade, razão pela qual devem os créditos neles representados serem alocados na classe III- Quirografarios, inclusive no mesmo valor indicado pelos devedores na 1ª relação, já que o credor também não apresentou planilha de cálculo do débito atualizado, até a data do pedido da RJ.

De igual modo, também não enviou nenhum dos títulos representativos dos créditos derivados dos contratos de abertura de crédito- fazendo apenas menção a todos elas ao longo de sua peça divergente.

Assim, diante da ausência de comprovação cabal da constituição válida e regular da garantia fiduciária imobiliária, apenas mencionada na peça divergente e nos Contratos de Abertura de Limites de Créditos, não há como esta administração judicial acolher o pedido de exclusão do seu crédito dos efeitos da recuperação judicial, decorrente desses instrumentos.

**São Luís- MA**

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02  
Quadra- B, Galeria Fiore  
Sala 20

**e-mail:** [edujradvogado@hotmail.com](mailto:edujradvogado@hotmail.com)



**(098) 2222-0080**



**(098) 98229-9590**

**[www.ejadvconsujus.com.br](http://www.ejadvconsujus.com.br)**



Mister destacar que o ônus de comprovar a exclusão de créditos garantidos por alienação fiduciária, seja de bens móveis ou imóveis, recai sobre o próprio credor, conforme o art. 373, inciso II, do CPC, uma vez que se trata de fato impeditivo ao enquadramento legal, previsto no art. 49, 3º, da Lei nº 11.101/05.

### CONCLUSÃO


Após minuciosa análise dos argumentos expostos na divergência e dos documentos apresentados pelo credor e o grupo devedor (em recuperação judicial) concluímos pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da divergência, e sujeitar aos efeitos da recuperação judicial do Grupo Arco-Íris, o crédito do BANCO ORIGINAL, decorrente do **1.** Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº120, sua renovação e aditamento, **2.** de todas as operações dele derivadas, bem como do **3.** Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 292, e suas operações derivadas, totalizando **R\$ 39.753.012**, na classe III, quirografários.

É o parecer.

São Luís-MA, 30 de setembro de 2025.

Administrador Judicial

**São Luís- MA**  
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02  
Quadra- B, Galeria Fiore  
Sala 20

**e-mail:** edujradvogado@hotmail.com  
 (098) 2222-0080  
 (098) 98229-9590  
**www.ejadvconsujus.com.br**